

A. I. Nº - 206916.0906/14-6
AUTUADO - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO LTDA - EPP
AUTUANTE - SAMUEL PEDRO EVANGELISTA RIOS
ORIGEM - INFAZ SANTO ANTONIO DE JESUS
INTERNET - 13. 10. 2014

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0194-01/14

EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUE. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. Infração não impugnada. **2.** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO NÃO INCLUÍDAS NO REGIME ST. Nas aquisições de mercadorias para fins de comercialização, oriundas de outros Estados da Federação, incide o ICMS antecipação parcial, independente do regime de apuração adotado pelo estabelecimento (art. 12-A, Lei 7.014/96 e art. 352-A, RICMS-97/BA). O autuado comprova a aquisição de margarina, mercadoria beneficiada com a redução da base de cálculo nas operações internas, de forma que a incidência do imposto resulta numa carga tributaria de 7%, não comportando a exigência da antecipação parcial (art. 87, XXXI, RICMS BA/97). Infração subsistente em parte. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração foi lavrado em 28/03/14 para constituir crédito tributário, em face às irregularidades a seguir descritas:

1 - Falta de recolhimento de ICMS relativo à operação de saídas de mercadorias não declaradas, com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado. Exercícios 2009/2010. Valor R\$4.806,27. Multa 70% e 100%.

2 - Deixou de efetuar o recolhimento de ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação para fins de comercialização, nos meses de agosto/outubro de 2009; janeiro, março, maio, novembro e dezembro de 2010. Valor R\$7.580,42. Multa 60%.

O autuado apresenta impugnação, fl. 35, arguindo que deve ser aceita a sua contestação com referencia a cobrança da antecipação parcial em relação à NF. 002.011, no valor de R\$ 565,00 referencia 09/2010, em função do pagamento, conforme DAE e cópia da nota fiscal, em anexo; contesta ainda cobrança com referencia aos produtos de Margarina Medalha Ouro, adquiridos da empresa M. Dias Branco S/A, conforme notas fiscais, cujas cópias também anexas, sob o fundamento do art. 87, inciso XXXI, RICMS/BA, combinado como o art.352-A, § 2º do mesmo diploma normativo.

Explica que a margarina é uma mercadoria, cujas operações internas são beneficiadas com a redução da base de cálculo do ICMS, de tal forma que a incidência do imposto resulta numa carga tributária de 7%, não comportando a exigência da antecipação tributária.

O Auditor Fiscal ao prestar Informação, fl. 54, relata os fatos atinentes ao aludido Auto de Infração, arguindo que na sua defesa, o autuado impugna parcialmente os valores cobrados, a título de Antecipação Parcial, sob a alegação de que o montante de R\$ 5.378,92 referiu-se à aquisição do produto margarina, que possui redução de base de cálculo, prevista no art. 87, XXXI, RICMS/BA, que resulta em uma carga tributária de 7%, conseqüentemente, não existem valores a serem cobrados a título de Antecipação Parcial. Procede ao novo cálculo, anexa planilha, opinando pelo acatamento e deferimento das razões.

Consta dos autos documentos extraídos do Sistema de Pagamento da Secretaria da Fazenda - SIGAT, informando o parcelamento de parcela do Auto de Infração que totaliza R\$ 7.7007,77, conforme fls. 60/63.

É o relatório.

VOTO

O Auto de Infração exige ICMS relativo às infrações descrita na inicial dos autos.

A primeira infração trata da apuração do imposto através da auditoria de levantamento de estoque por espécie de mercadorias, nos exercícios de 2009 e 2010, totalizando R\$ 4.806,27, com demonstrativos dos débitos acostados aos autos, às fls. 07/17. Nas razões, o sujeito passivo optou por não apresentar impugnação, reconhecendo, tacitamente, a exigência, estando, pois, fora da lide.

Na infração do item 02, a ação fiscal tratou da exigência do ICMS antecipação parcial, no período também descrito na inicial, em valor que totaliza R\$7.580,42, conforme demonstrativos de fls. 18 e 25, além das cópias das respectivas notas fiscais das aquisições.

Sabe-se que a presente exigência cria obrigação tributária nova para o contribuinte, por isso veiculada pela Lei de nº 8.967/03, e incide, especificamente, nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo, deduzido o valor do imposto destacado no documento de aquisição. A incidência do ICMS antecipação parcial independe do regime de apuração adotado pelo estabelecimento (art. 12-A, Lei 7.014/96 e art. 352-A, RICMS-97/BA).

Nas razões, alega o autuado que, antes da autuação, realizou o pagamento do ICMS antecipação parcial, em relação à NF. 002.011, no valor de R\$ 565,00, referencia 09/2010, conforme documento de arrecadação estadual - DAE e o acosta aos autos, fl. 41, além do respectivo documento fiscal de aquisição - DANFE nº 02.011, fl. 42, o que comprova a sua alegação.

Junta ainda aos autos, o defendente, cópias de diversas notas fiscais, fls. 43/51, comprovando tratar-se da aquisição do produto "margarina", todas do fornecedor M. Dias Branco, situado no Estado do Ceará. Considerando que as operações internas de tal mercadoria estão beneficiadas com a redução da base de cálculo do ICMS, de forma que a incidência do imposto resulta numa carga tributária de 7% e não comporta a exigência da aludida antecipação tributária parcial, conforme previsão normativa, a seguir transcrita:

Art. 87. É reduzida a base de cálculo:

(...)

XXXI - das operações internas com vinagre, charque e margarina, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 7% (sete por cento).

O preposto do Fisco, em sua Informação Fiscal (fl. 54), concorda com a assertiva, reduzindo a exigência para R\$2.201,51, conforme os novos demonstrativos de débito, colados no presente processo administrativo fiscal - PAF, fls. 55/56. A exigência, pois, resta caracterizada parcialmente, no valor de R\$2.201,51

Após toda a exposição retro mencionada, considero **PROCEDENTE EM PARTE** o presente Auto de Infração, na exigência de ICMS com valor que totaliza R\$7.007,78, com a homologação dos valores já recolhidos.

É como voto.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206916.0906/14-6**, lavrado contra **DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$7.007,78**, acrescido das multas de 60% sobre R\$2.201,51, 70% sobre R\$2.120,88 e 100% sobre R\$2.685,39, previstas no inciso II, alínea “d” e III, art. 42 da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais, com a homologação dos valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de setembro de 2014.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR